

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.765 - MS
(2019/0244406-7)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : MARCELLE DO SOCORRO GOMES
ADVOGADO : BERNARDO GROSS - MS009486
EMBARGADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971
OMAR FRANCISCO DO SEIXO KADRI - MS007000
ADVOGADOS : PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275
MARLON NUNES DA ROCHA - MS010022
IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993
ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568
PEDRO HENRIQUE BARROS ARAUJO - GO050953

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. Alegação de omissão quanto à alegação de supressão de instância e da não participação da embargante na exceção de pré-executividade, e, ainda, no que se refere à inaplicabilidade do óbice da Súmula 284/STF e à comprovação do dissídio jurisprudencial.
2. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada.
3. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração interpostos por MARCELLE DO SOCORRO GOMES, contra decisão unipessoal que conheceu do agravo que interpusera, para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Embargos à execução.

2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489, do CPC.

4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.

5. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.

6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

7. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

Em suas razões recursais, a embargante sustenta a existência de omissão quanto à alegação de supressão de instância e da não participação da embargante na exceção de pré-executividade, e, ainda, no que se refere à inaplicabilidade do óbice da Súmula 284/STF e à comprovação do dissídio jurisprudencial.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

A embargante, nas razões dos presentes embargos, sustenta a existência de omissão quanto à alegação de supressão de instância e da não participação da embargante na exceção de pré-executividade, e, ainda, no que se refere à inaplicabilidade do óbice da Súmula 284/STF e à comprovação do dissídio jurisprudencial.

Ocorre que a decisão embargada se manifestou expressamente acerca da matéria, nos seguintes termos:

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa

daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca da questão da ilegitimidade ativa da instituição financeira, bem como dos requisitos necessários para a atribuição do efeito suspensivo aos embargos à execução, senão vejamos: "Ressaltou que a incorporação do HSBC pelo Bradesco era questão pública e notória e, portanto, não dependia de prova, conforme entendimento já externado em outro recurso (inclusive mencionado no acórdão ora recorrido), de modo que não havia se falar em ilegitimidade ativa da instituição para ajuizamento da execução. Aliás, neste ponto, cumpre observar não ser possível o conhecimento do documento de páginas 15/17, juntado somente nestes embargos. Isso porque, não há qualquer justificativa para a apresentação tardia da referida ata sumária realizada em 7/10/2016, referente à negociação entre HSBC e Branco (sic.) Bradesco. Logo descabe qualquer pronunciamento acerca do referido documento" (e-STJ Fls. 291). Noutro ponto, no que diz respeito ao efeito suspensivo dos embargos à execução, também restou expresso a fundamentação do Tribunal de origem, tendo em vista que: "quanto aos requisitos do título executivo apresentado pelo credor, destacou-se o entendimento consolidado no STJ, em sede de recurso representativo da controvérsia, assentando-se que os documentos acostados à inicial da execução seriam suficientes para conferir liquidez, exigibilidade e certeza à cédula, razão pela qual não se mostraria suficiente a tese indicada na inicial dos embargos à execução para atribuição do efeito suspensivo" (e-STJ fls. 292), de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

(...)

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pela agravante não foram suficientes para infirmar o decidido pelo Tribunal de origem, no sentido de que i) "restou devidamente assentado ser pública e notória a incorporação do HSBC pelo Banco Bradesco S/A, conforme entendimento já externado em outro recurso, de modo que não havia se falar em ilegitimidade ativa da instituição para ajuizamento da execução" (e-STJ fls. 291); e ii) na rejeição a exceção de pré-executividade, o TJ/MS já havia afastado a tese de ilegitimidade ativa do agravado, pelo julgamento do Agravo de Instrumento 1402761-48.2019 (e-STJ fl. 251), o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da existência de fundamento não impugnado

Além disso, a agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/MS, quanto à impossibilidade de análise da ata sumária referente à negociação entre HSBC e Banco Bradesco, pela sua apresentação tardia (e-STJ fl. 291), razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

As questões suscitadas pela embargante, portanto, não constituem ponto obscuro, contraditório ou omissão do julgado, mas mero inconformismo com os fundamentos adotados pelo acórdão recorrido.

Assim, por não se enquadrar em nenhuma das hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC/15, devem ser rejeitados os presentes embargos declaratórios.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora